



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.333-A, DE 2023

(Do Sr. Alberto Fraga)

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Administração e Serviço Público, pela aprovação (relator: DEP. CORONEL MEIRA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Administração e Serviço Público:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão



PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2023

(Do Senhor Deputado Alberto Fraga).

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acresce alínea “f” ao Inciso I do art. 27 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159.

Art. 2º A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, passa a vigorar acrescida da seguinte alteração:

“Art. 27.....

.....

I –

.....

f) Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.



.....” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei objetiva acrescentar alínea ao inciso I do art. 27 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para conceder ao Diretor-Geral da ABIN o mesmo nível de classificação de sigilo de informações que outras autoridades, em especial pela equivalência de acesso a informações, notadamente por ser ele o assessor de inteligência vinculado à Presidência da República.

Com efeito, o equívoco da omissão deu-se quando da elaboração da referida Lei de Acesso a Informações (LAI), mas que deve ser corrigido, pois isso traz prejuízos ao serviço da ABIN, especialmente quando no trato de questões relacionadas a tratativas com outros países.

Enfim, por ser proposição que objetiva a ajuste na legislação, por uma omissão legislativa, é que solicito aos colegas parlamentares o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, em ____ de março de 2023.

Deputado Alberto Fraga





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 12.527, DE 18 DE
NOVEMBRO DE 2011
Art. 27**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201111-18;12527>



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.333, DE 2023

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Autor: Deputado ALBERTO FRAGA

Relator: Deputado CORONEL MEIRA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.333, de 2023, de autoria do nobre Deputado Alberto Fraga, propõe acrescentar a alínea “f” ao inciso I do art. 27 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), para atribuir ao Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) a competência para classificar no grau de ultrassecreto o sigilo de informações no âmbito da Administração Pública Federal.





A proposição é sucinta e possui apenas 3 artigos. Na justificação, o autor expõe que o projeto objetiva corrigir um equívoco na legislação vigente, que foi omissa ao não atribuir a competência ao Diretor-Geral da ABIN para classificar no grau de ultrassecreto o sigilo de informações no âmbito da Administração Pública Federal, trazendo prejuízos ao serviço do órgão, *“especialmente quando no trato de questões relacionadas a tratativas com outros países”*.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do art. 24, inciso II, e tramita em regime ordinário, conforme art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), tendo sido distribuída às Comissões de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Encerrado o prazo, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, inciso XXX, alínea “c”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, compete a esta Comissão de Administração e Serviço Público proferir parecer acerca do mérito do Projeto de Lei nº 1.333, de 2023.

Constitui um dos princípios da Administração Pública a Publicidade, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna concretizou também o direito à informação, por meio do seu artigo 5º, inciso XXXIII, que dispõe que *“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral”*, observado o prazo estabelecido pela lei, sob pena de responsabilidade.





O referido dispositivo traz ainda a ressalva para as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. O artigo 23 da Lei de Acesso à Informação elenca de forma taxativa as hipóteses em que se consideram sigilosas as informações, e entre elas está aquelas que possam *“comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações”* (inciso VIII).

Assim, a classificação de informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado contempla os dados e documentos que versem sobre temas relacionados às atividades de inteligência, cuja competência para planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar é da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, por força do artigo 3º da Lei nº 9.883, de 7 de setembro de 1999.

Além disso, compete também à ABIN o seguinte:

“Art. 4º [...]

I - planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República;

II - planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade;

III - avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional;

IV - promover o desenvolvimento de recursos humanos e da doutrina de inteligência, e realizar estudos e pesquisas para o exercício e aprimoramento da atividade de inteligência.”

Nesse sentido, considerando que a proteção de conhecimentos sensíveis, ou informações sigilosas, relacionados aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade, constitui uma das atribuições centrais da ABIN, é medida adequada, eficiente e alinhada com os princípios constitucionais a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Coronel Meira

inclusão do Diretor-Geral da ABIN, autoridade máxima do órgão, no rol de autoridades competentes para classificação do sigilo de informações no grau de ultrassecreto.

Ante o exposto, voto pela **APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 1.333, de 2023.**

Sala da Comissão, em de junho de 2023.

CORONEL MEIRA
Deputado Federal (PL/PE)
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.333, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Administração e Serviço Público, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.333/2023, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Coronel Meira.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Bruno Farias - Presidente, Delegada Ione - Vice-Presidente, Adriana Ventura, Alice Portugal, Coronel Meira, Defensor Stélio Dener, Felipe Francischini, Fernanda Melchionna, Paulo Foletto, Professora Luciene Cavalcante, Reimont, André Figueiredo, Cabo Gilberto Silva, Denise Pessôa, Luiz Gastão e Prof. Paulo Fernando.

Sala da Comissão, em 8 de agosto de 2023.

Deputado BRUNO FARIAS
Presidente

